

## Editorial

Muitas alegrias na escrita deste editorial! Em 2015 completamos **45 anos** de um projeto construído pelo desafio e dedicação de muitos editores, conselhos editoriais, consultores ad-hoc, autores e leitores.

Desde sua criação a Revista Educação (UFSM) manteve sua circulação e periodicidade, o que destacamos como fato altamente positivo na construção da editoração científica. Ao longo deste período já foram publicadas cento e duas edições do periódico.

Em 2016 celebraremos, a cada número, essa conquista que é fruto do trabalho gradativo, conjunto e colaborativo de todos. Manter uma revista científica e a sua periodicidade, com os desafios que implicam a produção editorial, sobretudo em uma universidade pública exige esforço diário, aos editores e seus conselhos. Por isto, neste número lembramos o nome de colegas que fizeram parte desta história ímpar da Revista Educação (UFSM).

A Revista foi criada, em 1970, com o nome Boletim do Centro de Ciências Pedagógicas, tendo como editora a Professora Clair Inês Nascimento Mutti. Em 1972 assume a tarefa a Professora Ana Rosa Zurlo Dellazzana que assina a editoração de cinco números do Boletim. Em 1975, a editoria do periódico passa à Professora Neiza Leite Veleda, que permanece nessa função até 1981. Durante esse período, em 1978, a Revista passa a denominar-se Revista do Centro de Educação. Em 1982, a Professora Maria Virgínia dos Santos Silva passa a ser a editora. Durante a sua gestão o periódico teve uma nova denominação: Educação – Revista do Centro de Educação e recebe seu registro catalográfico. Em 1984, assume a editoria da Revista a Professora Maria Alzira Coelho da Costa Nobre. Em 1991, essa responsabilidade passa a ser da Professora Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso. Em sua gestão o periódico adquire o seu ISSN (0101-9031). Em 1995, a coordenação, dos trabalhos de editoração, passa a ser feita pela Professora Valeska Maria Fortes de Oliveira. Foi nesta gestão que a revista passou a contar com o Técnico Administrativo em Educação (TAE) Clenio Perlin Berni, que assume o trabalho de gestão estrutural e editoração, junto à comissão executiva do periódico. Nesse período, a revista passou também a ser disponibilizada na versão on-line. Em 2001, assume como editora a Professora Cláudia Ribeiro Bellochio. Durante a sua gestão a revista passou a ter, em 2008, a editoração eletrônica pelo SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistase, no mesmo período, passou a ter um ISSN eletrônico (1984-6444). A partir também de 2008 o periódico passa de semestral a quadrimestral, sendo classificada por indexadores internacionais e nacionais, passando a ter visibilidade expressiva no contexto da periodização em Educação. Em setembro de 2014 assume uma nova gestão de editores, tendo à frente da revista os professores Celso Ilgo Henz e Doris Pires Vargas Bolzan.

Neste número, lembramos, de modo especial, a dedicação e o empenho de todos os editores, que ao longo da história da revista comprometeram-se com sua qualificação e seu avanço. O trabalho dedicado à manutenção e à produção de um periódico, das Ciências Humanas, na área de Educação é um desafio permanente. A preparação de um periódico demanda a permanente atualização de sua gestão, bem como sua cuidadosa realização, o que enceta o empenho pela busca da qualidade da produção de conhecimento disponibilizada por meio da divulgação de pesquisas e estudos referentes à Educação em diferentes lugares do mundo.

Nesse primeiro número de 2016, apresentamos um conjunto de dezoito (18) artigos de demanda contínua. Abrimos a revista com o artigo escrito por Enzo Colombo,

da Universidade de Milão (Itália), intitulado “**Reflexividade e Escrita**”. O autor aprofunda a noção de reflexividade, aproximando o significado à experiência contemporânea, ao contrário de reflexividade tradicional, equivalente à virtude e reflexividade moderna, dando igual valor à autorreflexão e ao diálogo interno. Propõe a noção de “reflexividade construcionista”, para evidenciar o processo recursivo de inclusão dos produtos sociais na facticidade da realidade, como um instrumento para a descrição da realidade social, com especial referência à escrita sociológica. Ao final, o autor sugere três dimensões principais para desenvolver uma forma de escrita reflexiva construcionista: a escuta, a crítica e a responsabilidade.

Com aproximações entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro em “**Os sinais da educação integral (1960)**”, Edilson de Souza, da Universidade Federal de Santa Maria, trilha pela temática da educação integral como condição primordial para um projeto de emancipação social, orientado por uma “política de liberdade”. Os resultados apresentados são férteis, porque tanto as trajetórias quanto os projetos discutidos apontam para a possibilidade de uma sociedade autônoma alinhada a um plano de educação pensado em contraposição a uma sociedade em pleno processo de crescimento, mas que ainda deixa um rastro de pessoas desatendidas pela escola, desafiando-nos a resgatar o direito social, perdido ao longo da história republicana do Brasil.

“**Contradições às políticas educacionais: garantia de aprendizagem ou manutenção da exclusão?**” é o terceiro artigo. Nele Luci Vieira Catellane e Marli Lúcia Tonatto Zibetti, da Fundação Universidade Federal de Rondônia, discutem as contradições nas políticas educacionais em Rondônia, as quais propõem melhorar a qualidade do ensino, por meio de programas de correção de fluxo ou do encaminhamento dos estudantes para a EJA. Para tal assumem uma perspectiva crítica de psicologia e educação, a qual considera que as raízes históricas dos problemas educacionais são forjadas no bojo de uma sociedade desigual. As discussões, apresentadas pelas autoras, foram construídas a partir de diferentes estudos que permitem problematizar as situações de inclusão/exclusão, à luz das políticas públicas implantadas nesse contexto, as quais indicam ausência de investimentos no sentido de melhorar o ensino de forma a garantir a apropriação dos conhecimentos para todos.

O próximo artigo contempla especificidades da cultura escolar em um colégio teuto-brasileiro urbano, na década de 1920, em Pelotas, Rio Grande do Sul: “**Collegio alemão de Pelotas-1923: cultura escolar e Deutschtum**”. Os autores, Maria Angela Peter Fonseca e Elomar Antonio Callegaro Tambara, da Universidade Federal de Pelotas utilizaram-se, para a realização da pesquisa, de análise bibliográfica e documental, além de entrevistas que privilegiaram aspectos descritivos. Através da apresentação da análise de tabelas aprendem-se dados relevantes de práticas culturais, desenvolvidas por um corpo docente masculino e feminino, direcionadas a um corpo discente misto, de descendentes de teuto-brasileiros, com a elaboração de um currículo ministrado 60% em língua alemã, indicador da salvaguarda de um capital cultural denominado Deutschtum, em tempos de Nacionalização do Ensino no Brasil, conjugando memória étnica com os valores emergentes da cidadania brasileira.

Também o quinto artigo se volta para as especificidades culturais e étnicas, na escolarização em contextos de imigração. “**Escolas entre imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul e a Nacionalização do Ensino**” tem por objetivo apresentar resultados de pesquisa sobre as escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, de 1890 até a Nacionalização da Educação em 1938. Os autores, Adriano Malikoski e Lúcio Kreutz, da Universidade de Caxias do Sul/RS, afirmam que até 1938 havia 106 escolas ét-

nicas polonesas em funcionamento nesse estado, das quais muitas possuíam ensino bilíngue em português e polonês. Os materiais didáticos utilizados para o desenvolvimento das atividades de ensino eram em língua polonesa e portuguesa, com destaque para textos que retratavam a cultura polonesa e sua adaptação ao contexto dos núcleos coloniais. A História Cultural foi base para a leitura do objeto de pesquisa, tendo como metodologia uma abordagem reflexiva-analítica de diferentes fontes, tais como documentos, bibliografia e a História Oral em suas tramas, possibilitando a construção de uma narrativa.

**“Educação para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática e as Relações com a Política de Avaliação em Larga Escala na Educação Básica”** é o próximo artigo, socializado por Veronica Gesser, da Universidade do Vale do Itajaí, e Lilia DiBello, da Barry University-USA. As autoras intencionam caracterizar as relações existentes entre o Plano STEM estadunidense e as políticas de avaliação para a Educação Básica no Estado da Flórida. Os dados da pesquisa foram coletados nos documentos oficiais dos Estados Unidos e do Estado da Flórida disponíveis online, empregando a análise de conteúdo como técnica no sentido de caracterizar o nível de correspondência, influências e de relações entre os documentos oficiais de ambas as entidades. As relações observadas por meio dos termos padronização, mensuração, treinamento, modelos, habilidades, áreas prioritárias, desempenho/progresso e desenvolvimento/crescimento profissional, neste caso, são de alinhamento, de nivelamento de valores, de imaginários e de verdades determinadas por interesses de alguém ou de determinados grupos hegemônicos que estão sendo legitimados pelo Estado.

O sétimo artigo vem da Universidade Estadual do Ceará, sob o título de **“O arquiteto-professor: a opção pela docência dos arquitetos urbanistas do estado Ceará”**. Nele Cláudia Sales Alcântara, Maria Socorro Lucena Lima e José Albio Moreira Sales abordam sobre o modo como a profissão docente é retratada de maneiras diversas e nos mais variados contextos. O objetivo do estudo é compreender como são construídas as identidades (ou a identidade) dos professores dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do estado do Ceará. Tornar-se professor envolve um complexo processo de empoderamento que implica muitos fatores, tais como a vida individual de cada sujeito e a história das suas práticas educativas. Seis professores, das diferentes instituições de ensino superior existentes no Estado do Ceará, participaram da pesquisa. Os relatos indicam que se tornar professor de arquitetura e urbanismo envolve processos tais como a estabilidade financeira, a vocação e realização pessoal.

Everton Bedin e José Claudio Del Pino, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em **“Qualificação e formação docente: a interdisciplinaridade nas reuniões por área na politecnia”**, tem por intuito apresentar, por meio de uma pesquisa etnográfica de cunho qualitativo, via uso da observação e de diário de bordo, como as reuniões por área de conhecimento entre os professores do Ensino Médio na politecnia podem favorecer a interdisciplinaridade, a qualificação e a valorização docente, a fim de maximizar o processo ensino-aprendizagem e minimizar os índices de repetência e evasão na educação básica do estado gaúcho. Os autores evidenciaram por meio dos dados coletados que a ideia da interdisciplinaridade não pode ficar restrita a um processo interno às respectivas áreas, é necessário que essa perspectiva seja explorada entre os componentes curriculares de outras ciências, uma vez que se trata de um processo que instiga a investigação crítica e coletiva; um modo de reelaborar a metodologia para que o educando possa entender as diferentes ramificações do conhecimento como pressupostos aos eixos da politecnia.

**“A significação da pedagogia: discursos de professores formadores e epistemologias em fluxo”** escrito por José Leonardo Rolim de Lima Severo, da Universidade

Federal do Piauí, é o nono artigo dessa edição da Revista Educação. O autor apresenta reflexões em torno dos resultados de uma pesquisa de campo cujo objetivo consistiu-se em compreender como professores que atuam como formadores de pedagogos em uma universidade pública brasileira atribuem significados epistemológicos à Pedagogia. No processo metodológico utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, realizadas com 10 (dez) professores formadores que ministravam disciplinas de Fundamentos da Educação no curso de Pedagogia. A análise dialógica do discurso, de abordagem bakhtiniana, em interação com aportes analíticos providos pela Teoria das Representações Sociais foi a estratégia de interpretação dos dados. Como resultados, os autores apresentam evidências acerca das representações resultantes do processo de significação, as quais foram identificadas nos discursos dos professores formadores, bem como os modos de incidência das mesmas na construção das perspectivas de ensino que orientam a sua ação docente.

Carlos Riádigos Mosquera, da Universidade de La Coruña, com o artigo **“Por uma con-ciência educativa en red”** aponta que em um mundo complexo compreender unilateralmente realidades muito variáveis como as socioeducativas parece ser um caminho complicado. A contradição presente em nossas sociedades (pós) modernas vem acompanhada de relações de poder que legitimam um único ponto de vista de experiências e conhecimentos. Pela reflexão teórica, o autor busca desmascarar os processos de legitimação da ciência moderna e de [des]legitimação das demais formas de conhecer, especialmente, em educação. Em suas palavras, há que se buscar outros caminhos inclusivos, de modo a se reconhecer a urgência de mudar os paradigmas epistemológicos dominantes por outros, baseados em redes de conhecimento plurais e horizontais como pilares determinantes para um entendimento democrático do mundo.

**“Luz, câmera e educação: o cinema em contextos educacionais”** é o décimo primeiro artigo. Com ele, Lorena Ladico Trindade e Paula Cristina Medeiros Rezende, da Universidade Federal de Uberlândia, buscam uma interlocução com a produção científica, publicada nos últimos dez anos, circunscrita à temática “cinema, infância, educação e psicologia”. As autoras procuram elucidar o modo como os profissionais que trabalham com crianças têm articulado o cinema como estratégia de intervenção. De um total de sessenta e dois artigos levantados foram selecionados dois para análise, por caracterizarem intervenção e utilizarem o cinema como estruturante de oficinas. A análise realizada indica que o cinema parece estar fora de cena, quando se trata de seu uso como disparador de processos emancipatórios, como um elemento que engendra movimentos de desnaturalização de papéis dados socialmente e como elemento que provoca o questionamento de nossas suposições.

Do estado do Espírito Santo, Rosinei Ronconi Vieiras e Martha Tristão, colaboram com o artigo **“A educação ambiental no cotidiano escolar: problematizando os espaços tempos de formação como processos de criação”**. O estudo tem como foco a educação ambiental produzida/tecida no cotidiano escolar. Apresenta, como um dos objetivos principais, a problematização do processo formativo da educação ambiental e das práticas realizadas pelos sujeitos do cotidiano escolar. Desenvolvem metodologicamente a proposta da cartografia e pressupostos do cotidiano, buscando evidenciar e compreender as narrativas e práticas presentes em duas escolas públicas do noroeste do estado do Espírito Santo/BR. As autoras, partem do pressuposto de que toda pesquisa também é uma aposta política. Enveredam pelo reconhecimento de que, na complexidade cotidiana escolar, estão presentes práticas ambientais que podem ser potencializadas para, assim, contribuir com novas formas de ser e de estar no mundo. Em lugar de realizar prescrições sobre formas de atuação em determinada realidade, consideram imprescindível e urgente repensar e potencializar os processos formativos com os sujeitos envolvidos.

Discutindo alguns dados da pesquisa “Culturas Juvenis e Formação Educacional: um estudo com jovens estudantes das escolas públicas de Santa Maria que se afastam dos processos formativos” a qual teve como objetivo compreender o processo de distanciamento de jovens estudantes da escola, Sueli Salva, Ethiana Sarachin e Nara Ramos, da Universidade Federal de Santa Maria, socializam o artigo **“Juventude e Ensino Médio: os processos de afastamento da escola”**. A pesquisa de caráter etnográfico utilizou diferentes técnicas para a produção dos dados: questionário, observação, entrevista, grupos de discussão e análise documental. Os fatores que colaboram para o afastamento dos/as jovens são inúmeros; contudo as autoras, neste artigo, optaram por destacar alguns como: falta de diálogo entre a escola e as culturas juvenis; negligência da importância da atividade intelectual para os estudantes e conteúdos que não atendem as necessidades desses/as jovens estudantes, aspectos capazes de produzir a exclusão.

O décimo quarto artigo é da autoria de Edna Maria Querido de Oliveira Chamon, da Universidade de Taubaté, intitulado **“As dimensões da Educação do Campo”**. Nele, a autora defende que a Educação do Campo, como parte de um projeto contra-hegemônico de sociedade, vai além de sua versão escolarizada, colocando-se na contramão da lógica capitalista. Sua proposta incorpora as dimensões política, social e cultural, além da própria dimensão pedagógica. Chamon, discute três dessas dimensões: a epistemológica, a sociológica e a formativa explicitando as articulações entre elas. Em sua dimensão epistemológica, a Educação do Campo contesta a instrumentalização capitalista da ciência; no plano sociológico, opõe-se à exclusão da cultura e do conhecimento dos sujeitos do campo imposta dissimuladamente pela classe dominante; e, do ponto de vista da formação, afirma o trabalho como princípio educativo. Ademais, sustenta o direito dos povos do campo a pensar e a definir a educação a partir de seu lugar, de sua cultura e de suas necessidades.

**“Inclusão escolar: Atendimento Educacional Especializado, expertise e normalização”**, é escrito por Patrícia Gräff, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e por Daniêla Medeiros, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. No artigo, as autoras buscam tensionar as balizas que instituem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) – no cenário da educação inclusiva – como serviço que (re)direciona práticas pedagógicas. O olhar é para um atendimento apoiado em um referencial pós-estruturalista, assentado nos estudos de Nikolas Rose e Michel Foucault, partindo do pressuposto de que o professor de AEE, na condição de profissional especializado, empreende esforços para diminuir os riscos e normalizar os sujeitos. As autoras organizaram o estudo em três momentos: a escola contemporânea e o contexto inclusivo, o atendimento educacional especializado como expertise normalizadora e triar e intervir: tarefas do professor de AEE. A partir daí inferiram que se constituindo como expertise cabe a este profissional aproximar os sujeitos inclusivos da normalidade, investindo esforços em ações específicas e determinadas para cada sujeito, com vistas à produção de subjetividades cada vez mais inclusivas.

Eliane Maria Stroparo e Laura Ceretta Moreira, da Universidade Federal do Paraná, apresentam reflexões sobre a educação como um direito de todos e a relevância das bibliotecas universitárias na inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior. **“O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior”** é o décimo sexto artigo dessa edição da Revista Educação. O estudo apresentado visa analisar a educação inclusiva no ensino superior e compreender os processos pelos quais se articula com as bibliotecas universitárias. A pesquisa baseou-se em referencial teórico com enfoque crítico-descritivo. A coleta de dados foi efetuada por meio de

observações em 10 bibliotecas, e entrevistas semiestruturadas com os bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SiBi/UFPR) e 17 alunos com deficiência matriculados na UFPR. A análise dos dados fundamentou-se na análise de conteúdo. Como um dos resultados levantados os autores destacam que foi evidenciada a necessidade da implantação de uma política institucional inclusiva, para erradicação de barreiras, além do favorecimento no acesso e na permanência de alunos com deficiência no ensino superior.

Do Recôncavo Baiano vem o artigo intitulado “**Reuniões, atas e práticas pedagógicas: as concepções escolanovistas das professoras do Grupo Escolar Manuel Luís**”, cuja autoria é de Solyane Silveira Lima e Anne Emilie Souza Cabral. Para as autoras, nas primeiras décadas do século passado foram difundidas no contexto educacional brasileiro as ideias da Escola Nova, que foram apropriadas por parte dos docentes das instituições escolares. Diante disso, este trabalho busca analisar as concepções das professoras do Grupo Escolar Manuel Luís, localizado no Estado de Sergipe, instituição criada no ano de 1924 e que tinha a finalidade de formar as crianças da capital. Primeiramente, as autoras, apresentam um panorama do contexto educacional sergipano e, em seguida, demonstram os principais discursos presentes nas Reuniões Pedagógicas realizadas no Grupo Escolar. Por fim, através da análise das atas, constatam que as professoras se apropriaram de alguns conceitos da Escola Nova, desenvolvendo assim, uma prática escolar pautada nesse pressuposto.

O último artigo dessa edição é “**Educação Física na escola e a afetividade: a construção do autorrespeito**”, de autoria de Luana Cristine Franzini de Conti, Ângela Pereira Teixeira Victória Palma, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Nele os autores apresentam estudos acerca de pressupostos teóricos construtivistas enfocando o desenvolvimento da afetividade de estudantes, buscando tecer relações entre eles e suas contribuições na construção da afetividade em aulas de Educação Física. Os autores concluem que pelo ensino de alguns conteúdos da disciplina há várias possibilidades de favorecer o desenvolvimento do autorrespeito, a partir do resgate e problematização das virtudes morais, a fim de que os alunos tomem consciência das representações que têm de si e do grupo, dos projetos de vida que elegem e possam construir representações nas quais as virtudes morais ocupem um lugar central em sua identidade.

Ao fecharmos esse primeiro número de 2016, agradecemos aos autores pelas contribuições; aos membros do Comitê Editorial e os avaliadores ad hoc pelo empenho na seleção e avaliação de textos. Em especial, destacamos os colaboradores da revista (revisores, bolsistas e editor gerente) sem os quais não poderíamos dispor desse rico material, na modalidade impressa e on-line.

Assim, é com imensa satisfação que damos início as comemorações dos 15 anos da Educação (UFSM), divulgando nessa edição, um pouco da nossa trajetória e muito da qualidade de nossa produção expressa pela rede de colaboração científica nacional e internacional, buscando socializá-la interinstitucionalmente.

Celso Ilgo Herz – Editor Chefe

Doris Pires Vargas Bolzan – Editora Chefe

Cláudia Ribeiro Bellochio – Editora de Seção

Clenio Perlin Berni – Editor Gerente